



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2007**

ELO - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1. Contexto da atuação do ELO em 2007.....	4
2. Funcionamento do ELO.....	12
Instâncias institucionais.....	12
Funcionamento interno.....	13
3. Atividades realizadas durante o ano.....	18
PPM	
EED	
Biodiesel	
Terre des Hommes	
APTA	
Parecer IECLB	
Outras atividades desenvolvidas pelo ELO	
4. Principais resultados alcançados em 2007.....	40
5. Desafios e perspectivas para 2008.....	43

Apresentação

O relatório ora apresentado tem por objetivo resgatar os principais momentos vividos durante o ano de 2007 no ELO. O ano que terminou foi bastante desafiador para a entidade, na medida que se concentraram nesse período muitas mudanças – de pessoal de equipe, de novas oportunidades de apoio que implicavam também em novos desafios organizacionais, como foi a gestão do convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de novas temáticas, como a qualificação de trabalhadores/as na cadeia do Biodiesel.

Foi também um ano de repensar a entidade, face aos desafios da cooperação internacional e nacional e do necessário investimento na sustentabilidade do ELO.

Para dar conta de socializar a riqueza do período, o relatório foi organizado em cinco partes. Na primeira delas, é tratado o contexto político-econômico-social que norteou a ação da organização e de seus parceiros. A seguir, é apresentado um relato das principais atividades de âmbito interno ao ELO. A terceira parte é dedicada às atividades desenvolvidas durante o ano, em geral em parceria com outras organizações. O quarto tópico recupera os objetivos e resultados pretendidos para o ano, passando-se, em seguida, a um breve balanço sobre os avanços percebidos a partir da atuação da organização. Por fim, no quinto e último bloco são apresentadas, em linhas gerais, as perspectivas da entidade para 2008.

Esperamos ter conseguido transmitir aos associados e parceiros as alegrias, tristezas, desafios e avanços sentidos no ELO durante o período em questão.

Salvador, maio de 2008.
Coordenação Executiva - ELO

I. CONTEXTO DA ATUAÇÃO DO ELO EM 2007

Sobre os rumos do desenvolvimento no Brasil e o papel das ONGs e Movimento Sociais

O ano de 2007 inicia com o anúncio de um plano para aceleração do crescimento da economia brasileira, na solenidade oficial de posse do Governo Federal reeleito. O plano, conhecido como PAC, visa estimular o crescimento econômico de alguns setores, destacadamente o industrial e do agronegócio. Baseado em grandes obras, como a construção de hidrelétricas, canal para transposição das águas do rio São Francisco, manutenção de rodovias, o Plano atende também aos interesses de empreiteiras e do sistema financeiro.

Acompanhando o PAC há o Programa Brasileiro de Biocombustíveis, que tem por objetivo incentivar o aumento da área plantada de cana de açúcar, soja e mamona. A retomada da produção de etanol tem provocado a expansão generalizada do plantio de cana em Estados como Paraná e Mato Grosso do Sul. Nestes dois Estados, fazendas de gado que estavam sendo reivindicadas para reforma agrária são arrendadas para usinas de álcool.

Neste contexto, o governo fortalece a ocupação de terras com monoculturas voltadas para a agroindústria. Intensifica-se a produção de fertilizantes e venenos, tratores, implementos agrícolas, sementes. O crédito bancário oficial é mais uma vez a base que permite investimentos neste setor. Novas áreas estão sendo desmatadas e áreas com plantio de alimentos estão sendo substituídas por culturas destinadas a produção de combustíveis. O plantio de mamona é fomentado junto a agricultores familiares, mas os contratos firmados com as empresas fazem destas as maiores beneficiadas.

A reforma agrária fica estagnada e os movimentos ligados à Via Campesina se apresentam sem força para uma mobilização efetiva. O MST realizou em junho de 2007 seu 5º Congresso, com mais de 15 mil militantes de todo Brasil, porém se volta para atividades de formação de militância e não conseguem articular uma pressão suficiente para recolocar a reforma agrária no centro de uma pauta política. O Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e o Movimento Indígena tentam mobilizar as comunidades que estão ameaçadas pelas obras planejadas no PAC. A CPT tenta fortalecer uma articulação nacional de combate ao trabalho escravo que se intensifica junto com a expansão do agronegócio, para ficar apenas em alguns exemplos.

Os povos e comunidades tradicionais ganham destaque neste contexto. De um lado, passam a ser a maior ameaça aos interesses de expansão do agronegócio. De outro, tornam-se o principal alvo de difamação dos meios de comunicação. Desde 1988, com a nova Constituição Federal, o Brasil passa a adequar sua legislação a uma série de tratados e convenções internacionais que reconhecem o direito de povos e comunidades tradicionais, como o direito à autodeterminação, acesso ao território, educação contextualizada, saúde, fortalecimento de suas culturas. Em fevereiro de 2007 é promulgado o decreto que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

Com uma legislação mais adequada, vários povos indígenas começam a acessar direitos que antes não eram reconhecidos. O caso mais recente foi a decisão do Ministério da Justiça em reconhecer que 21 mil hectares que estavam sendo usados pela empresa Aracruz Celulose S.A. como pertencentes aos povos Tupinikim e Guarani, no Espírito Santo. O temor do setor empresarial é que indígenas, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco, ciganos, pomeranos, faxinalenses, trabalhadores de fundos de pasto, geraizeiros, extrativistas, povos de terreiro tenham atendido seus direitos, principalmente na regularização de suas terras e com isso limitem a

as terras disponíveis para o agronegócio e demais empreendimentos comerciais.

A situação dos Movimentos Sociais no campo é delicada. Aumentam as ameaças de morte e os conflitos por terra e água, expande-se o trabalho escravo. Milícias amedrontam comunidades tradicionais e acampamentos de reforma agrária. Reificam-se preconceitos e estigmas querendo desqualificar as reivindicações e os direitos conquistados por estes povos.

Quanto aos jovens, o Estatuto da Criança Adolescente, no que pese seus 17 anos de vigência, ainda precisa de muito trabalho das organizações de apoio a crianças e adolescentes para se tornar realidade. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho atinge, principalmente, os jovens o que tem levado as organizações a propor projetos alternativos de geração de renda. A Aids e a gravidez na adolescência também crescem indicando a necessidade de um maior investimento público nessa área.

Quanto às mulheres, a aprovação da lei Maria da Penha, que institui novas regras visando a maior responsabilização dos praticantes de atos de violência contra a mulher ainda está em fase de implantação. Vigílias em favor da vida e contra a violência são realizadas mensalmente na busca de maior difusão do problema, que afeta toda a sociedade brasileira.

Com relação às cidades a segurança pública merece cada vez mais destaque. O crime organizado penetra instituições como a polícia, se instala nos poderes públicos, e o suborno de autoridades é parte integrante do negócio do tráfico de drogas. As guerras entre diferentes facções somadas a ações equivocadas da repressão policial acabam por aumentar o número de vítimas, cujo perfil é, cada vez mais, de jovens, na maioria das vezes do sexo masculino e negros.

O PAC também tem uma influência grande nas cidades sendo responsável pelas principais obras de infra-estrutura e moradia, atendendo assim antigas reivindicações por moradia e saneamento.

Proliferam, entretanto, as tentativas de “higienização” das cidades, que na verdade se constitui numa forma de afastar cada vez mais a população pobre de locais estratégicos e centrais. Vive-se no meio urbano a proliferação e ao mesmo tempo fragmentação de movimentos, que se articulam em momentos específicos, como foi o caso, em 2007, da realização das inúmeras conferências temáticas – saúde, cidades, segurança alimentar, mulheres – na tentativa de influir de maneira eficaz na proposição de políticas públicas de interesse coletivo.

Do ponto de vista do processo democrático é inegável que o Governo Lula possibilitou avanços consideráveis como a criação de Conselhos, a realização das mencionadas conferências temáticas que, por sua vez, possibilitaram a ampliação da participação cidadã. É inegável também que em algumas áreas houve avanço como na segurança alimentar e nutricional, na tentativa de respostas aos problemas das cidades com a criação do Ministério das Cidades e a instituição do Fundo de Habitação de Interesse Social.

Embora se reconheçam tais avanços há, em linhas gerais, uma certa frustração quanto ao estágio da democratização das relações, na medida que se enfrentam no país importantes questões de desenvolvimento, como, por exemplo, as reformas agrária e urbana. Neste aspecto as esperanças depositadas no Governo Lula não têm se efetivado, prevalecendo políticas que estão na contramão dos projetos pelos quais a sociedade civil e os Movimentos Sociais tanto lutaram, com o panorama apontando para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Como elemento novo, fortalecem-se redes de organizações, de experiências concretas disseminadas pelo país, com atores diferentes, criando uma cultura de diálogo, discutindo modelos de desenvolvimento e trazendo essas experiências para a mesa de discussão sobre políticas públicas. Porém, há fragilidades nas propostas e nos projetos, não há unidade entre o movimento, há uma

retórica de unificação que é preciso superar e confrontar com a diversidade de situações.

A preocupação com a formulação de um modelo de desenvolvimento tem a ver com a reversão das expectativas em relação ao governo, mas também com a necessidade dos movimentos de discutir concepções de desenvolvimento. Vem se afirmando uma proposta de desenvolvimento que supere não somente a pobreza, mas que invista na superação da concentração da riqueza.

Há os que defendem que à sociedade civil não cabe propor um modelo de desenvolvimento e sim insistir na reafirmação da democracia, como método, no cumprimento de princípios éticos de realização dos DESCAS.

A complexidade da sociedade civil de nosso tempo

A sociedade civil brasileira atualmente é bem mais complexa que há duas décadas. Neste aspecto, há uma disputa de conceitos, de significados, e de projetos. Atualmente, as organizações e movimentos estão desafiados ante a novos temas, se articulam internacionalmente, e se relacionam com um universo muito distinto de atores sociais.

Há que se reconhecer também que há uma tentativa, consciente ou não, de fragmentação dos movimentos e da luta social. Essa situação indica a existência de uma complexidade dos desafios. Se por um lado há um esforço por parte do governo e das elites de reduzir o papel das ONGs e dos movimentos a meros executores de políticas públicas, por outro, algumas organizações se sentem acuadas ante a questão da governabilidade, ou mesmo da sua situação financeira e assumem a tarefa de execução de políticas.

Também há um paradoxo entre a demanda por quadros mais qualificados, capazes de responder aos desafios históricos e a necessidade de organizações militantes, comprometidas com as

raízes dos problemas sociais, empenhadas em assegurar os esforços em prol da superação das causas da pobreza.

As ONGS e os Movimentos Sociais vivem um momento de dificuldades de gestão e sustentabilidade, marcado especialmente pelas mudanças na visão sobre seu papel no contexto de construção democrática, bem como pela crise financeira que por sua vez tem origem tanto nas mudanças nas políticas de financiamento das agências internacionais como na crise cambial.

Impasse entre financiamento público da ação social e execução de políticas públicas governamentais

Como dito anteriormente ainda prevalece no governo a visão de que as ONGs e Movimentos Sociais são bons executores de políticas públicas, atuando com mais eficiência e eficácia no atendimento às demandas sociais. Nesse sentido há, no campo financeiro uma inegável ampliação de recursos geridos pelas ONGs. Vários dos parceiros de PPM, EED e *terre des hommes schweiz* contam com significativos aportes governamentais. Essa ampliação de acesso aos recursos públicos tem gerado uma carga adicional de trabalho para as organizações cujas estruturas já são bem limitadas.

A modalidade de parceria com o governo mais comum entre as organizações com as quais o ELO trabalho tem sido o convênio. O convênio, entretanto, é a forma de parceria que mais limita a ação das organizações, tornando-as parceiros do governo na execução das políticas e, portanto responsável pela administração e por parte dos custos com o pessoal dos convênios, entendido pelas instâncias governamentais como contrapartida. As organizações são tratadas como se fossem órgãos da administração pública. Assim, os recursos governamentais não têm servido ao fortalecimento e autonomia dos movimentos, condição para ampliação e consolidação da democracia.

Os instrumentos regulares do acesso e gestão dos recursos têm sido bastante restritivos. O controle da aplicação dos recursos por

órgãos diferentes do executivo tem gerado conflito de entendimento sobre normas, gerando um estresse nas organizações até a apreciação final dos relatórios pelos Tribunais de Contas. A elite brasileira tem transformado a fiscalização da aplicação de recursos públicos em operação política, em ações concertadas a partir de diversas instâncias, órgãos, partidos reacionários, para desacreditar a capacidade gestora do Governo Lula, bem como para por em cheque a credibilidade das organizações da sociedade civil. A CPI das ONGs poderia ser uma oportunidade de revisão do marco legal que rege as relações entre Estado e sociedade, porém não avançou nesse sentido.

Face as muitas ofensivas da direita, ONGs e movimentos como Abong, Cáritas, Fetraf, MST, Fase, Cese se articularam no sentido de apresentarem uma nova proposta de regulação, mas até o final do ano pouco tinha se avançado nesse sentido, enquanto perdura as iniciativas de criminalização dos movimentos e ONGs.

Por onde caminha a cooperação internacional não governamental no Brasil e seus impactos nas ONGs e Movimentos Sociais

A cooperação internacional não governamental também não é a mesma de duas décadas passadas. À retomada da direita em muitos países e a competição pelos recursos nos países do Norte tem levado as agências a estabelecer processos de integração. Além disso, os processos de democratização e de desenvolvimento dos países do sul aliado à ascensão do neoliberalismo levaram governos e agências do Norte a rever sua política de ajuda. Assim, redes foram criadas como a “família” Oxfam e a ACT Development, esta última da “família” ecumênica, para fortalecer suas presenças ampliando a visibilidade das ações de suas integrantes.

Como parte desse processo de mudanças há um movimento de descentralização das agências, com a instalação de escritórios nos países do Sul. Nesse sentido, EED está instalando um escritório na

Costa Rica, e PPM no Peru, ambos em fase experimental. Ainda não se sabe ao certo o impacto de tais processos em serviços como os prestados pelo ELO, muito embora os interlocutores sejam sempre otimistas quanto à permanência da relação, dado à importância desse trabalho para as cada vez mais reduzidas equipes das agências.

A redução de recursos nas agências tem gerado, também, impactos internos, especialmente na instabilidade de seu quadro de pessoal, devido à ampliação das contratações precárias e ao temor da perda da memória histórica.

Quanto ao apoio às iniciativas locais, muitas agências deixaram simplesmente de apoiar os projetos que lhes eram solicitados e passaram a pautar a agenda dos grupos, tanto em termos temáticos como regionais. Assim, é relativamente comum organizações do Sul do Brasil passar a atuar no Norte-Nordeste, já que para essas regiões há recursos disponíveis, ou mesmo mudando o foco da sua atuação para garantir continuidade de sua existência, mesmo com o eventual impacto na sua identidade institucional.

Somando-se a questão acima à questão cambial, vivenciada nos mais recentes três anos, tem-se uma crise generalizada nas ONGs cujo financiamento depende em boa medida dessas agências. O ELO demorou a sofrer o impacto do câmbio, devido ao fato de PPM ter assegurado a continuidade do apoio com base nos valores em reais e não em moeda estrangeira.

As organizações maiores viram suas reservas diminuir, em razão da necessidade de sua utilização nos planos de trabalho, prejudicados pela sistemática redução de recursos face ao encerramento do apoio de algumas agências, e à queda sistemática do dólar e do euro, em relação à moeda nacional do Brasil. A possibilidade de aumento dos aportes por parte das agências inexistente, devido a restrições de seus próprios orçamentos.

II. FUNCIONAMENTO DO ELO

O presente tópico tem por finalidade resgatar as principais mudanças e desafios enfrentados pela organização no ano de 2007, tanto relativo às suas instâncias institucionais quanto ao funcionamento do escritório.

Instâncias institucionais

Assembléia e associadas/os

No ano de 2007 foram realizadas duas assembleias, a primeira delas, realizada em janeiro, teve caráter extraordinário na medida em que se centrou na eleição da nova coordenadora executiva, face à vacância do cargo, em razão do antigo coordenador ter assumido um cargo no novo Governo da Bahia.

A Assembleia Geral ordinária, por sua vez, foi realizada em março. A pauta desta consistiu na apresentação e aprovação do relatório narrativo e financeiro de 2006, apresentação e aprovação do parecer do Conselho Fiscal, apresentação do programa de trabalho e orçamento previsto de 2007, eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2007-2009, posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal e outros temas, ficando decidido que, neste ponto, abrir-se-ia espaço para Christine Born, de PPM, apresentar o contexto atual da agência e de sua parceria com o ELO, oportunidade em que ressaltou as dificuldades da cooperação em assegurar os apoios frente a maior competição pelos recursos.

O informativo interno circulou de forma precária e não mensalmente como era o objetivo inicial. O aumento da demanda de trabalho acabou sendo responsável pela impossibilidade de regularidade do informativo, que foi compensada, de certa forma, com aprimoramento do conteúdo a partir da incorporação de informações gerenciais quanto à administração dos projetos.

Quanto aos associados, durante o ano houve o desligamento de uma associada dos quadros da organização, devido ao retorno da mesma para seu país de origem, na África.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal se reuniu uma vez, em março, para analisar as contas do ELO e elaborar seu parecer para a Assembléia. O Conselho Fiscal, na oportunidade fez a oportuna sugestão de adequação do plano de contas a nova realidade institucional.

Reuniões da Diretoria

O ano foi muito intenso, tanto para a diretoria que saiu em março quanto para a que assumiu neste mesmo mês a coordenação da entidade. Foram três reuniões entre janeiro e março para tratar da transição da entidade e mais seis a partir de então, já com a nova diretoria. O aumento no número de reuniões foi necessário em decorrência tanto da gestão do convênio com o MTE como do momento vivido pela organização, principalmente a partir do segundo semestre, diante da perspectiva de redução orçamentária para 2008.

Funcionamento interno

Pessoal

O ano de 2007 começou com desafios. Logo no mês de janeiro houve mudança de coordenação dado o afastamento do antigo coordenador em função deste ter assumido uma atividade pública no novo Governo da Bahia. Também em decorrência dessa saída, foi necessário contratar um novo assessor técnico, considerando que a outra assessora assumiu cumulativamente a função de coordenação.

A contratação do novo assessor ocorreu em fevereiro. Em março, houve substituição do encarregado de serviços gerais da organização.

Face à assinatura do convênio com o MTE para a execução do plano de qualificação de agricultoras e agricultores na cadeia do Biodiesel, o ELO teve que contratar, a título de prestação de serviço, mais duas técnicas, que assumiram a coordenação pedagógica e assistência administrativa do projeto.

Até abril o ELO continuou com dois estagiários. A partir dessa data, ficou com apenas uma estagiária. Porém, como a demanda de administração do Planseq Biodiesel aumentou com o início efetivo do projeto, em julho a organização teve que contratar mais um estagiário especificamente para este setor.

Em agosto o ELO recebeu uma estudante de economia, da Alemanha, que atuou como voluntária da organização por dois meses, nos quais colaborou no acompanhamento aos projetos.

Como se pode observar, foi um ano dinâmico, com novas pessoas colaborando com a organização. Aos três funcionários, à coordenadora de *terre des hommes schweiz* e aos dois estagiários remanescentes de 2006, somaram-se mais dois funcionários, duas prestadoras de serviço, um estagiário e uma voluntária. Ao todo, foram seis novas pessoas interagindo no escritório durante o ano. Essas presenças trouxeram nova dinâmica institucional, demandando a promoção de espaços coletivos de integração. Em consequência, foi estabelecido pelo conjunto a realizações de reuniões periódicas de todos/as funcionários, parceiros e colaboradores.

As reuniões mensais se constituíram em momentos de socialização das agendas e debate das principais questões presentes no trabalho. Como sugestão dessas reuniões passou-se também a promover momentos de confraternização, que acabaram por se constituir em espaços de convivência não só da equipe, mas destas com diretores e associados. Também por sugestão do grupo, foi realizado um seminário interno, sobre gênero e violência, com a moderação de uma associada e parceira.

O seminário interno de sensibilização sobre transversalização do tema HIV/Aids não foi realizado, devido a impossibilidade de, considerando a demanda de trabalho, encontrar uma data que contemplasse o conjunto da equipe. Assim, a capacitação nessa área ficou restrita àqueles que participaram das oficinas ocorridas no contexto da parceria com PPM.

Desenvolvimento da Equipe

A equipe sugeriu em sua primeira reunião, realizada em fevereiro, que fosse retomada uma proposta da Diretoria, ainda de 2005, de realização de um trabalho de desenvolvimento de equipe em que se pudesse discutir perfil e funções no âmbito das perspectivas da organização. O assunto foi levado à atual Diretoria, que decidiu por indicar o seu encaminhamento.

Em decorrência, foi contratada uma psicóloga organizacional com experiência na área que, durante o segundo semestre de 2007 realizou um diagnóstico organizacional entrevistando funcionários, diretores e alguns associados de forma a recolher subsídios para o trabalho. Esse processo durou todo o segundo semestre e confirmou a necessidade de trabalhar melhor o sentido de equipe, de promover a análise de função e redistribuição de tarefas, de esboçar um plano de remuneração com critérios de seleção, enquadramento, avaliação de desempenho e desenvolvimento de pessoal, de promover a gestão do conhecimento e promover a revisão e/ou definição e sistematização de alguns procedimentos da área administrativo-financeira.

Situação financeira do ELO

Há algum tempo a Diretoria e a equipe do ELO estão empenhadas na ampliação da inserção social da entidade e na busca de diversificação de fontes. De fato isto vem se confirmando ao longo dos mais recentes anos com o estabelecimento da parceria com EED, com algumas novas e pontuais demandas e, em 2007, com a assinatura do convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, muito embora os recursos relativos a este último estivessem vinculados às rubricas do projeto.

Durante o ano buscaram-se novas parcerias, tendo se confirmado a realização de um estudo para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a continuidade da assessoria a APTA e breves assessorias ao SOF, Koinonia e Gapa Bahia, como parte da parceria do EED, porém a partir de contratos diretos com suas parceiras.

Quanto a PPM, este já vinha acenando com a redução de serviços contratados, devido à unificação dos formatos entre os escritórios parceiros dos diversos continentes onde atua, bem como pela necessidade de adequação do valor pago a título de honorários ao ELO, no patamar dos demais escritórios colaboradores, bem como ao limite do valor da parceria a 10% do volume dos recursos aportados para o conjunto dos parceiros no país. Concretamente, quanto aos serviços realizados, foram reduzidos em 2007 à elaboração dos relatórios anuais de acompanhamento, implicando em diminuição de aproximadamente 70 dias de trabalho.

Quando da elaboração do projeto para PPM, pretendia-se compensar parte desses dias com outro serviço: implantação do sistema de monitoramento de projetos em desenvolvimento pelo ELO. O sistema proposto como um banco de dados para o monitoramento de projetos ainda encontra-se distante de apresentar condições para tal devido a problemas operacionais e de concepção, não atendendo a função para a qual foi pensado. Vários esforços foram feitos no sentido de resolver os problemas de forma a tornar

viável a utilização do mesmo, entretanto, como isto não foi possível, os dias de assessoria previstos, não puderam ser realizados.

Diante da redução de recursos, algumas medidas foram sendo adotadas desde o início do ano para redução de despesas, entre elas maior controle e racionalidade dos custos com o escritório e com a massa salarial. Entretanto, reduzir despesas não é tarefa fácil, principalmente num momento em que o escritório ganhou uma nova dinâmica com muitos novos colaboradores do convênio com o MTE.

Mesmo com essas questões, a entidade fechou o ano com saldo positivo. Isso demonstra os esforços realizados, tanto na ampliação das receitas quanto da redução dos custos operacionais.

Planejamento, monitoramento e avaliação

Durante os meses de fevereiro e março a equipe trabalhou na montagem do planejamento do ELO. O plano foi organizado por áreas estratégicas: 1) serviço para PPM; 2) serviço para EED; 3) qualificação de agricultores na cadeia do Biodiesel, no convênio com o MTE; 4) assessoria aos movimentos sociais e ONGs; 5) articulação com ONGs e Movimentos Sociais; 6) comunicação interna; 7) fortalecimento das instâncias internas; 8) desenvolvimento organizacional e 9) capacitação da equipe.

O monitoramento do plano ocorreu nas reuniões mensais. Foi realizada ainda uma avaliação de meio termo, em julho, quando foram considerados os impactos das mudanças ocorridas no primeiro semestre, o estágio do desenvolvimento do trabalho e as perspectivas de ingresso de recursos em 2008.

III. ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O ANO

O presente tópico se destina a relatar, de forma sucinta, as principais atividades desenvolvidas pelo ELO em 2007, seja no âmbito da parceria com agências, organizações nacionais e órgãos públicos, seja aqueles definidas no âmbito da própria organização. Assim, são relatadas as ações desenvolvidas junto a PPM e seus parceiros; EED e seus parceiros; *terre des hommes schweiz*; ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e aos parceiros no desenvolvimento do projeto Biodiesel; à Associação de Práticas e Tecnologias Alternativas (APTA); à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); e aos parceiras na promoção de eventos, como Abong, Cese, MST, Fetraf, Sasop, Gapa Bahia, Vida Brasil, Cipó, Fase, Cecup, Coolivre, núcleos da UFBA e da UCSal.

Serviços acordados com Pão para o Mundo - PPM

São quatro os módulos de serviços acordados com PPM, a saber:

- A.** Análise de entidades e solicitações;
- B.** Acompanhamento a projetos;
- C.** Capacitação e assessorias e
- D.** Diálogo entre as contrapartes e a agência.

A cada ano, o ELO pactua com PPM os serviços a serem prestados no ano seguinte. Esse processo leva em geral alguns meses, com intensa troca de mensagens e telefonemas até a se chegar um acordo entre demandas dos grupos, sugestões do ELO, demandas e possibilidades de PPM.

O quadro geral de oferta de serviços aprovado por PPM é o marco referencial para a realização do trabalho. Em 2007, foram executadas, em linhas gerais, as seguintes atividades:

Módulo A – Avaliações Ex-Ante

Módulo A	Previstas	Realizadas
Avaliações ex-ante	AITG CAA CPT-ES/RJ CPT-MT CPT-PR CTI FLD Polis Se Essa Rua CPT-Nacional	AITG CAA CPT-ES/RJ CPT-MT CPT-PR CTI FLD Polis Se Essa Rua

A única atividade não realizada foi a avaliação ex-ante da CPT-Nacional. Isto se deveu ao fato de PPM ter estabelecido um acordo com EED, a partir do qual esta assumiu integralmente o apoio ao projeto da organização, antes co-financiado por ambas as agências.

Módulo B – Acompanhamento aos projetos

Módulo B	Previstas	Realizadas
Contrato de cooperação e acordo administrativo	Nenhum	CNMP CRIA CTI
Atualização de Orçamento	23	08
Solicitação de recursos	43	44
Parecer sobre relatórios narrativo e financeiro anual	24	24
Parecer sobre relatórios narrativo e financeiro semestral	23	20
Relatório de encerramento de projeto	Miqcb; N. Maturi PCTA-Pesacre Sapucai	Miqcb CPT-AM
Verificação de relatórios de auditorias	31	33
Visita aos parceiros de PPM/acompanhamento aos projetos.	Pelos menos uma visita por ano aos parceiros	Realizadas 38 viagens De acompanhamento a projetos.
Informações a PPM	Atividade permanente	Realizada durante todo o ano.
Relatórios anuais de Acompanhamento.	Nenhum	Elaborados 11 relatórios referentes ao projeto de 2006.

Durante o ano houve o cumprimento satisfatório dos acordos estabelecidos. As atividades não realizadas durante o ano se deveram basicamente às dificuldades das organizações parceira em cumprir com os acordos estabelecidos com a agência. Essas dificuldades foram acentuadas em 2007, devido ao fato de muitas organizações estarem também gerindo recursos públicos o que traz uma sobrecarga para as reduzidas equipes de trabalho.

Módulo C - Capacitação e assessoria às entidades parceiras de PPM

Assessorias bilaterais:

As assessorias bilaterais ocorrem na medida em que se detecta necessidade de suporte adicional ao grupo, em função de alguma debilidade no âmbito em geral do PMA e da gestão administrativa financeira. Em 2007, foram realizadas as seguintes assessorias:

QUADRO DE ASSESSORIAS REALIZADAS PELO ELO JUNTO A PARCEIROS DE PPM		
No.	Entidade	Tipo de assessoria
01	AITG	Administrativa/financeira
02	Campo Vale	Avaliação institucional
03	CNMP	PMA
04	CPT-ES/RJ	PMA/Indicadores
05	CPT-MT	Sistematização do trabalho
06	CTI	Guias e formatos de PPM
07	Fase/Saap	PMA programa de apoio a projetos Assessoria ao encontro do GT Gênero
08	FBR	Assessoria nas guias e norma de PPM
09	FLD	PMA/Indicadores
10	Se Essa Rua	Gestão
11	Ser Mulher	Guias e formatos de PPM Gestão

Capacitações coletivas:

Oficinas de sensibilização e capacitação em transversalidade do HIV/Aids

Neste item foram realizadas duas oficinas de sensibilização de organizações parceiras de PPM sobre o tema da transversalidade da HIV/Aids. A primeira delas em Salvador nos dias 27 e 28 de agosto, e a outra em São Paulo nos dias 04 e 05 de outubro. Participaram das oficinas representantes de 24 organizações de todo o Brasil.

As Oficinas tiveram como objetivo sensibilizar parceiros de PPM para a temática do HIV/Aids, levantando percepções em torno da problemática e sua correlação com os contextos sócio-culturais do país, como e se o tema já esta incorporado na ação programática das contrapartes e que recomendações os parceiros fazem a PPM para o desenho de uma política futura sobre a temática para o país.

As Oficinas contaram a co-facilitação de Gapa Bahia e ELO e com a valiosa participação de vários colaboradores, especialistas nas temáticas que compuseram o conteúdo programático das Oficinas.

Entre as organizações que participaram das Oficinas, cumpre assinalar a diversidade temática das organizações, de Norte a Sul do Brasil, atuando com questões como direitos humanos, gênero e feminismo, juventude e cultura, apoio a jovens em situação de risco social, entidades que atuam no apoio a pequenos produtores, indígenas, extrativistas, promoção da saúde etc.

Além dos temas, as organizações participantes também apresentaram uma diversidade grande quanto ao escopo geográfico de sua intervenção, do local ao internacional, interesse e experiência de atuação frente a temática do HIV/Aids havendo, no entanto, bastante convergência quanto a identificação das estratégias necessários para implantação de um programa de transversalização.

Um aspecto importante a assinalar é o fato que as organizações parceiras de Pão para o Mundo, que atuam privilegiadamente em contextos urbanos das grandes cidades e metrópoles brasileiras,

desenvolviam, em sua mais absoluta maioria, ações em HIV/Aids, desde aquelas que possuem uma abordagem mais ocasional da temática, na transversalidade desta com as questões centrais das organizações em foco, até organizações que atuam de maneira mais sistemática com o tema do HIV/Aids e têm participação em espaços temáticos específicos do movimento no Brasil.

As oficinas também revelaram que no Brasil, como ademais na América Latina, os parceiros de Pão para o Mundo percebem a epidemia de HIV/Aids como um problema de desenvolvimento, que vulnerabiliza os mais pobres, somando-se a várias outras dimensões de suscetibilidade do contexto nacional que contribuem para ampliar o fosso da desigualdade social no país. O relatório das oficinas se constitui num anexo do presente relatório.

Módulo D - Diálogo

D.1 - Promover o diálogo entre CPs e PPM

Foi realizado durante o ano intenso trabalho de promoção de diálogo de PPM com suas contrapartes, especialmente das entidades que estavam em fase de renovação ou aprovação de novos projetos.

À parte esse diálogo permanente, o ELO também colabora com PPM em diálogos pontuais com entidades que a procuram com vistas a vir a se integrar ao quadro de parceiras da agência, nesse sentido, foram facilitados os diálogos com as seguintes organizações durante o ano de 2007: Unitrabalho, organizações indígenas do Acre e Tocantins, Saúde sem fronteiras, Unipop, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Rede Social, Camtra e Fórum Nacional de Reforma Agrária.

Em 2007, o Elo colaborou também com o Departamento de Comunicação de PPM na facilitação do diálogo junto ao Cria, face à publicação de uma reportagem sobre este em informativo de PPM. Com relação aos preparativos do cinquentenário de PPM, o ELO coordenou a elaboração de 08 fichas de perfil de personalidades.

D.2. - Documento de política de cooperação para o desenvolvimento

Embora estivessem previstos, não foram elaborados documentos relativos a este item do quadro de oferta de serviços.

D.3 - Intercâmbio de experiências

Estava prevista a realização de um ciclo de intercâmbio em monitoramento de indicadores, que pela dinâmica vivida pelo ELO em 2007, especialmente em relação à mudança na equipe, não foi possível de ser concretizado. Em contrapartida, foram realizados dois intercâmbios. Um reunindo parceiros que atua no âmbito da problemática rural e outro entre jovens do Cria e do projeto Griots do Se Essa Rua Fosse Minha, ocorrido no mês de novembro, quando da participação do Encontro Ser-tão Brasil.

Esse intercâmbio foi muito produtivo para os dois grupos, pois possibilitou uma troca importante de saberes com os jovens griots realizando oficinas no Encontro Ser-tão e ao mesmo tempo vivenciando a realidade de jovens nordestinos residentes no semi-árido brasileiro.

D.4 - Visitas de PPM

O ELO realizou atividades de apoio às visitas de Christine Born, em março, e Reiner Focken-Sonneck, em outubro.

D.5 - Traduções

Foram traduzidos no período a estratégia de gênero de PPM e EED, parte do relatório encomendado por PPM, EED e Misereor sobre a política de países âncora e os documentos sobre a situação da HIV/Aids na América Latina. Os textos referidos constituem anexos do presente relatório.

D.6 - Diálogo com fóruns de ONGs

Os espaços de diálogo das organizações são momentos de intercâmbio que possibilitam refletir e retro-alimentar informações e estratégias que se cruzam, no âmbito das ações das diversas entidades. Neste sentido se considera importante reservar algum tempo para participar e dialogar com os parceiros em torno desses elementos.

Atividades realizadas:

Participação no Encontro do PAD

De 21 a 23 de outubro de 2007, o ELO participou, como convidado, do encontro de planejamento do PAD. O evento se constituiu de fato numa grande assembléia de ONGs e Movimentos Sociais, apoiados pelas agências de cooperação ecumênicas, e teve como objetivo definir as linhas gerais do trabalho da articulação pelos próximos três anos. As ênfases no planejamento foram dadas às atividades de reflexão relacionadas à sustentabilidade de ONGs e movimentos, face tanto a situação financeira gerada pelas mudanças na cooperação internacional, bem como as possibilidades de apoio dos governos no Brasil; a situação de criminalização de movimentos e ONGs implementadas pela direita, com apoio do Judiciário; e a discussão sobre a exigibilidade dos DESCAS.

Participação na reunião do Conselho Diretor da Abong ocorrido em julho/agosto na cidade do Salvador

O encontro teve como função discutir questões como: necessidade de revisão do marco legal de ONGs, adequando-o as necessidades das organizações no Brasil, a realização do Fórum Social Mundial e Nordestino, a criminalização dos movimentos e a CPI das ONGs. O evento avançou no estabelecimento de estratégias de enfrentamento das questões.

D.7 - Diálogo e alternativas de desenvolvimento

Fórum Social Nordestino

De 02 a 05 de agosto de 2007, o ELO participou em Salvador do II Fórum Social Nordestino, em atividades relacionadas a desenvolvimento como: oficina sobre participação em conselhos, seminários sobre a transposição do rio São Francisco, eventos relacionados às populações tradicionais e oficina sobre software livre.

Seminário sobre Barragens

O encontro aconteceu de 21 a 23 de novembro de 2007, nas dependências da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, e contou com a participação de pesquisadores da área, estudantes e lideranças dos movimentos sociais, em especial do movimento de barragens. Durante o encontro de Barragens e Ciências Sociais, o ELO acompanhou os debates que avaliavam a conjuntura diante o PAC e as estratégias dos movimentos sociais que se contrapunham ao modelo de desenvolvimento traçado por este plano. Foram destacadas duas ações do PAC: o complexo hidrelétrico do rio Madeira e a Transposição das águas do rio São Francisco.

Com relação ao complexo hidrelétrico do rio Madeira foi relacionada uma série de artigos de jornais de circulação nacional e regional, na qual enfocavam a necessidade da implantação deste empreendimento para o desenvolvimento do Brasil, criticando os movimentos sociais que se apresentavam contra esta obra. Foram debatidos os interesses de instituições do sistema financeiro, das construtoras, e algumas empresas, tais como o Bradesco, Odebrecht, Votorantin. Também foram destacados os impactos ambientais e sociais que já estão sendo previstos.

Já a transposição do rio São Francisco foi debatida por movimentos sociais, indígenas e ONGs. O debate se deu numa mesa redonda na qual representantes da Chesf defenderam o modelo de construção das barragens de Itaparica e Sobradinho e os movimentos sociais mostraram as dificuldades dos setores atingidos.

Serviços acordados com EED

O ELO em 2007 renovou o projeto de parceria com a EED, para colaboração com essa entidade, dentro do que denominam Serviço de Apoio Local (SAL), ou seja, um suporte a equipe técnica da agência em alguns processos junto aos parceiros, no caso específico, no Brasil. O projeto para o ano de 2007 foi subdividido em atividades bilaterais e processos coletivos. A seguir relataremos o desenvolvimento do projeto de acordo com a essa organização.

Atividades Bilaterais:

DESTINATÁRIOS	ATIV. PREVISTA	ATIVIDADE REALIZADA
<p>Plataforma DESC – Brasília/DG</p> <p>Koinonia – Rio de Janeiro/RJ</p> <p>SOF- São Paulo/SP</p>	Assessoria no campo administrativo-financeiro	<p>A assessoria prestada a Koinonia e ao SOF se limitou à troca de e-mails e ligações telefônicas, sem necessidade de visita técnica.</p> <p>As entidades se mostraram plenamente capazes de atender as normas de EED para elaboração de relatórios. A análise dos relatórios trimestrais foram elaborados e enviados à EED. <i>A assessoria a Plataforma foi adiada para 2008</i></p>
Fundação Luterana de Diaconia – Porto Alegre/RS	Assessoria bilateral em PMA	Assessoria realizada durante o ano quanto ao PMA e indicadores do novo projeto.
GAPA-Bahia – Salvador/BA	Assessoria Bi-lateral na elaboração dos termos de referencia de uma avaliação institucional	Atividade parcialmente realizada devido a agenda do próprio Gapa. <i>A atividade terá seqüência em 2008.</i>
Assesoar – Francisco Beltrão/SC	Assessoria Bi-lateral na implementação das recomendações da avaliação	A atividade foi adiada para 2008
ISER – Rio de Janeiro/RJ	Elaboração de um diagnóstico adm-financeiro.	O ELO realizou foi uma visita de acompanhamento à entidade.
Terramar – Fortaleza/Ceará	Elaboração de um diagnóstico e assessoria na área administrativa e financeira.	<p>O orçamento original da entidade para 2007 não foi confirmado pela execução financeira apontada no relatório, de modo que o acompanhamento demandou uma consultoria específica para a adequação do orçamento 2007-2008. A divergência residia no fato de que as contrapartidas apontadas na peça orçamentária original não tinham sido consolidadas, de modo que exista um hiato entre as despesas projetadas e as receitas esperadas.</p> <p>A assessoria realizada teve como produto final o novo orçamento da entidade, que afinal voltou em 2008 para ser readequado e esclarecido o processo de redução de despesas realizadas.</p>

Processos coletivos:

DESTINATÁRIOS	ATIVIDADE PREVISTA	ATIVIDADE REALIZADA
FASE, Etapas, SOS Corpo, Cendhec, Cese	Realização de um estudo de impacto do trabalho das organizações no desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Recife	As atividades previstas de elaboração e aprovação dos termos de referência e contratação de consultoria foram realizadas. Adicionalmente as organizações participantes do Estudo solicitaram a continuidade da facilitação do ELO. O estudo está em andamento e deve ser concluído em 2008.
ASPTA, IBASE, POLIS, CESE, FLD, SOS Corpo, ABONG, FASE, DIACONIA, INESC, Ação Educativa e PAD	Encontro de Parceiros de EED sobre o tema do Desenvolvimento Institucional	Atividade realizada em outubro

Nesses dois casos, cabem alguns destaques, pela importância que tais atividades tiveram não somente para o ELO, mas principalmente para EED e as entidades parceiras envolvidas.

A discussão em torno do Estudo de Impacto da atuação dos parceiros de EED no desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Recife teve início ainda em 2005 e em 2006 começou a ser concretizado numa reunião entre os envolvidos, realizada em novembro em Recife. Em 2007 foram contratados dois consultores para a realização do estudo.

Os termos de referência elaborados passaram a contemplar 20 anos de presença das organizações na Região Metropolitana de Recife, com destaque para a sua atuação na área das políticas públicas, em especial a formulação e aprovação da lei que instituiu pela primeira vez no país as zonas especiais de interesse social (Zeis), medida difundida posteriormente para todo o país e que integra o Estatuto da Cidade; a presença nos espaços de construção e controle de políticas públicas; a presença marcante na formação de lideranças e na organização de movimentos sociais.

A expectativa gerada em torno dos resultados é bastante grande e tem mobilizado as entidades participantes.

A outra atividade que teve repercussão foi o encontro de parceiros de EED que ocorreu em São Paulo, nos dias 25 e 26 de outubro. O objetivo do encontro foi “mapear as principais mudanças no campo do desenvolvimento institucional das entidades brasileiras, e esboçar uma agenda para seu fortalecimento institucional nos próximos anos”. A idéia era criar um espaço de debate sobre o momento atual, crises e perspectivas das organizações no contexto nacional e internacional. O encontro não teve caráter conclusivo, sendo mais um espaço para troca de idéias, compartilhamento de vivências e socialização de reflexões em torno do tema geral.

Foram convidadas para este encontro as entidades parceiras de EED que têm mais acúmulo na discussão sobre desenvolvimento institucional, com uma maior possibilidade de troca horizontal. Estendeu-se o convite à Abong e ao PAD para que possam funcionar também como antenas para irradiar conteúdo e encaminhamentos importantes e para evitar sobreposição de processos.

O encontro foi estruturado por blocos temáticos: 1º Bloco: Sobre as mudanças vividas pelas ONGs; 2º. Bloco: como as mudanças afetam este campo de organizações; 3º Bloco: sobre a direção desejável das mudanças no futuro e uma plenária final sobre uma possível agenda comum em DI. Cada bloco de questões contou com um painel inicial de introdução à temática, composto por representantes de duas organizações parceiras, exceto o primeiro bloco, que contou ainda com apresentação do representante da EED.

Para cada painel foram apresentadas questões motivadoras, estimulando assim os painelistas a buscarem responder ou problematizar as questões apresentadas. As apresentações se seguiram debates que foram sistematizados e eventualmente complementados pelos facilitadores, constituindo um elenco de questões centrais aprofundadas no bloco final. A proposição de uma

agenda futura de DI foi discutida em pequenos grupos, aos quais se seguiu uma plenária de apresentação, debate e síntese.

O relatório do encontro de parceiros de EED também se constitui em anexo do presente relatório.

Outras atividades desenvolvidas em relação ao EED

- Visita da representante do departamento de bolsas de EED, que consistiu em uma reunião com a equipe e representante da diretoria e intercâmbio com dois projetos acompanhado pelo ELO – Cria e MOC.
- Elaboração e negociação do projeto trienal ELO/EED 2008-2010.
- Foram realizadas três reuniões com o representante de EED, a primeira em março e as demais em outubro, para tratar de assuntos relacionados à parceria.
- O ELO presta ainda suportes pontuais sobre organizações e projetos, por meio de consultas telefônicas e e-mail.

Projeto Biodiesel

O convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego para a realização do projeto foi assinado no dia 28 de dezembro de 2006. Ao retomar o assunto em 2007, percebeu-se a necessidade de readequação da planilha de custos/atividades de forma a torna o convênio possível de ser executado, tanto do ponto de vista pedagógico quanto administrativo. Em decorrência, foi apresentado ao MTE um pedido de modificação do plano de trabalho, sem mudança no objeto do convênio. Com a aprovação da modificação do Plano de Trabalho, em junho, o projeto foi efetivamente iniciado.

O desenvolvimento do projeto ocorreu a partir da realização de quatro módulos, sendo três de formação e o quarto de planejamento, monitoramento e avaliação do processo formativo. Após as formações, os educandos, por sua vez, voltavam para sua comunidade ou assentamento com o compromisso de socializar a aprendizagem com os agricultores e agricultores ali residentes, no que se denominou de atividades intermódulos.

O processo de aprendizagem foi construído a partir do diálogo permanente entre o saber técnico e o conhecimento tradicional. O quarto módulo foi dedicado à construção coletiva do processo metodológico. Ao todo o projeto envolveu mais de 150 educadores que atuaram junto a 1830 agricultores/as.

Durante a realização do projeto foram produzidos alguns materiais didáticos a exemplo: do Mapa didático: Cadeia produtiva do biodiesel; de textos como "A cadeia produtiva do biodiesel", "Mamona: Informações técnicas para o cultivo e utilização", "Girassol: Informações técnicas para o cultivo e utilização", "Biocombustíveis e a inclusão sócio-econômica da agricultura familiar". Foram ainda editadas as seguintes publicações: "Agricultura familiar e a produção de biodiesel: que desenvolvimento queremos?" e "Da semente ao óleo: participação da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel".

Os objetivos, abrangência e diretrizes foram estabelecidos pela equipe de concertação formada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário e Ciência e Tecnologia, pelos governos estaduais (Bahia, Ceará e Minas Gerais); pelas prefeituras de Candeias-BA, Montes Claros-MG e Quixadá-CE, Petrobrás, ADS, Ceplac e Codevasf.

Objetivos específicos e resultados alcançados pelo convênio:

Objetivos específicos do PlanSeQ Biodiesel	Resultados
1. Sensibilizar lideranças regionais em torno da construção de uma estratégia para a inserção dos agricultores familiares no programa.	<ul style="list-style-type: none"> • 100 municípios, nos Estados da Bahia, Ceará e Minas Gerais mobilizados; • 150 agentes formadores sensibilizados e qualificados; • organizações de agricultores capazes de discutir e negociar os contratos com a Petrobrás.
2. Qualificar, de modo participativo, agricultores familiares para elaboração e implementação do Plano Agrícola, do Plano Industrial e do Plano de Capacitação.	<ul style="list-style-type: none"> • 1830 famílias agricultoras qualificadas em 100 municípios dos 3 Estados; • 150 agentes formadores melhor preparados para orientar os agricultores e agricultoras familiares no planejamento da propriedade, beneficiamento da produção e organização para a comercialização.
3. Elaborar, em processo participativo e formativo, o plano e a estratégia de gestão do programa.	<ul style="list-style-type: none"> • 1830 famílias agricultoras capacitadas para a elaboração de plano de inserção no Plano de Produção e Uso do Biodiesel; • organizações de agricultores melhor preparadas para o debate junto aos agricultores/as familiares.
4. Elaborar, em processo participativo formativo, a metodologia de monitoramento de todo processo, estabelecendo as interfaces das ações entre os diversos agentes.	<ul style="list-style-type: none"> • 4 etapas de 24 horas para monitoramento e avaliação realizadas; • 20 educadores participando ativamente do processo de construção dos conteúdos e metodologia de desenvolvimento do projeto; • 20 educadores, equipes pedagógica e de administração atuando em permanente articulação. • Metodologias de monitoramento e avaliação construídas coletivamente com a participação da coordenação, dos 20 educadores, equipes pedagógica e administrativa.

É oportuno socializar também a fala de alguns participantes sobre a importância do projeto:

"O curso de capacitação foi uma ferramenta importante de discussão, principalmente pelos agricultores que, na sua maioria, se encontram confusos em torno do assunto. A capacitação dos agentes formadores e agricultores é um passo importante, para que a agricultura familiar e camponesa tenha como se inserir nesse programa sem que coloque em risco sua autonomia, priorizando, assim, a segurança alimentar, a produção consorciada, fortalecendo, assim, a organização das comunidades, assentamentos e suas respectivas organizações. A metodologia de trabalho vem possibilitando um bom intercâmbio entre os agentes e as famílias. A coordenação pedagógica busca construir as propostas de temas a partir do retorno dos intermódulos, o que enriquece ainda mais, pois, trata-se de teoria e prática e as ações se dão mediante as necessidades observadas" (Maria Sheila, coordenadora pedagógica, CE).

Para os agentes formadores:

"Todas as nossas comunidades devem ter bem claro este assunto, independente se vão ou não produzir, pois isso enriquece mais a nossa posição e segurança em relação a tudo isso" (Edgar Coelho da Silva, Pentecoste, CE).

"É bastante interessante trabalhar com agricultores e agricultoras. Eles e elas trazem no rosto o desejo da mudança de vida. Lutam dia e noite e não se cansam. Espero, como eles e elas, que este projeto seja de fato uma oportunidade de inclusão para muitos companheiros e companheiras que almejam, ver sua unidade produtiva - e sua comunidade - um lugar digno de se viver. É importante que vejamos além das oleaginosas para a produção do biodiesel e, sim, dar um maior incentivo para a produção de plantas alimentícias (fortalecimento da agricultura familiar). Que nosso modo de produzir seja voltado para os princípios agroecológicos" (Cátia Souza de Almeida, Rafael Jambeiro, BA)

"Devido ao PlanSeQ e a todos que fazem parte dele é que podemos participar com dignidade e com clareza e poder de decisão." (Nayara Matos dos Santos, Laje, BA)

Comentários acerca da aplicação dos recursos

O convênio assinado previa a contribuição de R\$ 1.000.000,00 do MTE e contrapartida da ordem de R\$ 100.000,00 do ELO. O convênio teve boa execução física/financeira, com a aplicação ficando em torno de 90% do previsto. O saldo do projeto foi devolvido ao MTE, como determina a legislação.

Parceria com *terre des hommes schweiz*

A parceria com *terre des hommes schweiz* (TdH) seguiu normal, com o ELO possibilitando as condições de infra-estrutura e administração para o funcionamento da coordenação nacional da agência. Em março, o ELO recebeu a visita de Anete, representante internacional de *terre des hommes schweiz*. A conversa girou em torno do contrato de parceria com a entidade, em especial as limitações orçamentárias e a necessidade de contratos prévios ao envio de recursos adicionais para o trabalho da agência no Brasil.

A coordenadora nacional de TdH tem participado dos debates internos e das reuniões de equipe realizadas pelo ELO.

Assessoria a Associação de Práticas em Tecnologias Alternativas - APTA

A Assessoria a APTA em 2007 girou em torno da avaliação do biênio 2006/2007 e da elaboração do trienal 2008/2010. Na colaboração foram realizadas três viagens ao Espírito Santo para

estabelecimento da agenda de trabalho do ano, facilitação do seminário de avaliação e da oficina de planejamento.

O objetivo seguiu sendo “contribuir para a consolidação do PMA da APTA” e, nesse sentido o ELO contribuiu para: 1) a formatação e apresentação do novo projeto trienal, aprovado por EED, com isto têm-se a perspectiva de continuidade da assessoria, agora no monitoramento do projeto apoiado pelos próximos três anos; 2) o resgate do papel preponderante da entidade no debate entre agroecologia x agronégocio no Espírito Santo; 3) na reaproximação da entidade com camponeses e camponesas; 4) na consolidação das instâncias institucionais; 5) na melhor comunicação entre instâncias.

Cabe, entretanto, destacar que o trabalho de assessoria em 2007 ficou limitado pelas próprias condições da APTA que novamente enfrentou dificuldades internas devido a falta de recursos o que, por sua vez, gerou a saída de dois técnicos. Essa situação é derivada do fato da APTA contar, para o desenvolvimento do trabalho, com recursos governamentais e, portanto fica a submetida a lógica de funcionamento destes.

Elaboração de parecer jurídico para a IECLB

Em julho de 2007, o ELO foi consultado por lideranças da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Ieclb) sobre o interesse e a possibilidade deste realizar um parecer no sentido de orientá-la quanto à elaboração de um posicionamento que, por sua vez, venha a subsidiar a atuação da Igreja Reformada da Noruega, tendo como eixo central o cumprimento por parte da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo, dos princípios éticos estabelecidos pelo Comitê de Ética do Fundo de Pensão do Governo Norueguês. O interesse da Igreja Reformada da Noruega pelo assunto se deve de um lado aos grandes investimentos daquele país na empresa multinacional e, de

outro, a forte pressão exercida pelo movimento em defesa dos direitos indígenas e quilombolas.

Considerando a importância da demanda, em consulta com a diretoria, foi aceita a proposta de trabalho. Os termos de referência foram elaborados e aprovados pelas partes. Na Ieclb o trabalho envolve, além da Presidência, a Fundação Luterana de Diaconia – (FLD), o Conselho de Missões entre Índios (Comin) e o Sínodo Espírito Santo a Belém. Para a execução do trabalho o ELO contratou os serviços de um advogado, com longa trajetória na área dos direitos humanos, que se encarregou da análise documental, da realização do trabalho de campo (que consistiu em entrevistas com a população vítima das ações da empresa, de representantes da empresa e lideranças religiosas e políticas do Espírito Santo) e da elaboração do parecer.

Estágio do desenvolvimento do estudo de caso

Até o final do ano havia se realizado as etapas de análise documental, de entrevistas e realização de grupo focal no Espírito Santo, envolvendo as possíveis vítimas. A entrevista com a empresa, entretanto, foi re-agendada para janeiro, devido às questões da própria empresa. O texto preliminar do trabalho, excetuando a posição da empresa, também estava ao final do ano em adiantado estágio de elaboração.

Outras atividades desenvolvidas pelo ELO:

Articulação dos Movimentos Sociais em diálogo com o novo Governo da Bahia

Após cinco meses de mobilização, foi realizado em 07 de março de 2007 um seminário estadual promovido pela articulação de Movimentos Sociais com o governador da Bahia, Jacques Wagner e parte do secretariado¹.

O seminário contou com cerca de 400 participantes e discutiu os principais pontos do diálogo proposto pela articulação, em torno de quatro eixos: democratização das relações Estado e sociedade; desenvolvimento; estrutura de governo; financiamento das políticas públicas.

O documento produzido pela articulação e entregue ao governador da Bahia já foi enviado a todos os associados/as.

Articulações e parcerias

O ELO atuou de forma decisiva na reorganização da regional Nordeste 2 da Abong. Em função dessa presença, a entidade foi indicada para compor o Colegiado de Direção da articulação. A presença nesse espaço tem possibilitado ao ELO aprofundar as parcerias com o universo das ONGs brasileiras e manter-se atualizado quanto aos principais debates nacionais travados nessa área, em particular a discussão em torno do marco legal e do financiamento público das iniciativas das entidades da sociedade civil.

A coordenadora executiva do ELO participou da mesa de encerramento do VII Conferencia da ISTR-LAC, que teve como tema "Terceiro Setor e Sociedade Civil na América Latina e Caribe: (Re) Pensando Identidades e Relações Intersetoriais – Balanços e Perspectivas". O ELO também participou, com uma representante da sessão de instalação do novo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia.

¹ Participaram do debate com os movimentos sociais os secretários de Relações Institucionais, Meio Ambiente, Cultura, Educação, de Desenvolvimento Urbano e de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero.

Tardes de Debates

Foram realizadas, em conjunto com outras organizações locais, três tardes de debates sobre três temas: Inclusão Social + Inclusão Digital; participação cidadã nos conselhos de gestão de políticas públicas; Modelos de assessoria e assistência técnica agrícola.

Inclusão Social + Inclusão Digital

O evento ocorreu em maio. E contou com a participação de representantes de ONGs, movimentos, estudantes e professores. Os temas abordados foram como na sociedade em transição a privatização da produção do conhecimento está se tornando um fator de concentração de poder; sobre os mecanismos de proteção para organizações que desenvolvem pesquisa e o paradoxo do marco legal em relação as patentes e a propriedade intelectual e por fim, houve um debate sobre o movimento software livre.

A partir do debate ficou também a preocupação com o alto custo da comunicação via internet operado no Brasil e o quanto este fator atrapalha a circulação de informação e conseqüentemente a possibilidade de integração dos mais pobres. Como deliberação final da oficina, definiu-se por reproduzir o debate no II Fórum Social Nordeste, ampliando a discussão em torno da democratização do acesso à informação.

Participação cidadã nos conselhos de políticas públicas

A oficina foi realizada no contexto do II Fórum Social Nordeste, em agosto de 2007. O debate contou com as participações de representantes de ONGs nos Conselhos Estaduais de Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e dos Direitos da Criança e

do Adolescente e de uma professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal.

As principais questões abordadas foram as dificuldades de cumprimento das funções do conselho, tanto no planejamento quanto no controle do orçamento, a baixa qualificação dos conselheiros, a baixa representatividade de parte de seus membros, a alta rotatividade de representação especialmente da esfera do governo e principalmente a falta de reconhecimento e de respeito dos gestores por esses espaços, gerando descrédito e desmobilização.

Os representantes dos conselhos debateram ainda sobre os esforços que têm sido realizados no contexto do novo governo para reformular os conselhos e as expectativas em torno da consolidação destes enquanto espaços efetivos de negociação e decisão.

Como desdobramento, o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou posteriormente um seminário de aprofundamento da discussão.

Modelos de assessoria e assistência técnica agrícola

Realizada no dia 25 de setembro, a atividade teve como objetivo visualizar as diferentes experiências no campo de ação da assessoria técnica realizada por Movimentos Sociais e ONGs, bem como perceber a posição do Governo da Bahia, através Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf) sobre o tema.

No debate, ficou evidente a preocupação da sociedade civil em estar substituindo funções tidas como do estado, ainda mais em condições muito precárias, como tem sido as estabelecidas pelos convênios. As regras de controle dos recursos devem ser debatidas. Todos concordam que deve haver rigor na prestação de contas, mas que esse rigor seja adequado a realidade.

Duas questões ficaram: como garantir uma assessoria técnica de responsabilidade do Estado que considere, entretanto, a efetiva participação dos movimentos? Como pautar a mudança no sistema de administração e prestação de contas dos projetos junto aos órgãos governamentais?

IV. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

No planejamento do ano de 2007 foi reafirmado o objetivo geral de “contribuir no fortalecimento de processos sociais em torno da afirmação dos direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais com enfoque na assessoria ao desenvolvimento institucional e organizacional das entidades”.

Os resultados esperados para o ano eram:

- Consolidar o ELO enquanto entidade de assessoria aos Movimentos Sociais para fortalecimento das organizações;
- Aperfeiçoar as relações com PPM, EED e TdH;
- Fortalecer entidades e movimentos em seu processo de intervenção social.

O ELO, em 2007, se firmou junto aos movimentos sociais, como sujeito social presente no cenário baiano e nacional, com reconhecimento em sua área de atuação – desenvolvimento institucional, para tanto vale considerar a ampliação do contrato com EED, da presença na Abong, dos muitos convites para assessoria e contribuições diversas, como foi o convite para coordenar o processo de elaboração do parecer jurídico para a IECLB. Um problema decorrente é como potencializar a equipe para que possa responder melhor a essas novas demandas?

Quanto as organizações assessoradas observa-se efetivos avanços nos seus sistemas de PMA e gestão, com a metodologia de PMA sendo utilizada como instrumento importante na gestão da maioria dos grupos. Em alguns casos há ainda que se avançar nessa área. Outro destaque é a ampliação da capacidade de influência nas políticas públicas exercidas pelas entidades acompanhadas e assessoradas e, porque não dizer, também do ELO a partir da sua participação nos espaços de articulação citados anteriormente.

Sobre o Biodiesel, o objetivo estabelecido pelo ELO de qualificar agricultores e agricultoras para que estes se apropriassem do programa nacional, o resultado alcançado com o desenvolvimento do projeto demonstra que se superou a expectativa, com o público alvo se apropriando de informações quanto a cadeia produtiva do biodiesel e do funcionamento do programa, como também tendo espaço para se capacitar na área de agroecologia, meio ambiente e energia.

O PlanSeQ Biodiesel, para o ELO e seus parceiros, extrapolou a função idealizada para um projeto de capacitação e se tornou um espaço de reflexão, debate e construção coletiva de um modelo de desenvolvimento para o campo no cenário da intensa corrida global para produção de fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis. Tal modelo coloca o trabalhador da agricultura familiar na linha de frente da produção do óleo vegetal voltado para o consumo das comunidades e para venda para as indústrias de energia, de cosméticos etc, integrando essa produção aos cultivos e criações próprios da agricultura familiar, através da utilização dos co-produtos (torta e farelo) como adubo ou ração, caminhando, espera-se, em direção oposta ao modelo de monocultura da cana-de-açúcar para o álcool que precarizou o trabalho no campo, produzindo pobreza e miséria para os pequenos agricultores.

Quanto à interação entre as várias instâncias da organização cabe destaque a colaboração de vários associados/as em atividades desenvolvidas pela organização como na realização do encontro de parceiros de EED, na elaboração dos termos de referencia do estudo de impacto das parcerias de EED na RMR e do parecer para a IECLB, na discussão do sistema de monitoramento de projetos, nas tardes de debates, em reuniões do projeto Biodiesel, nas articulações políticas em Salvador e no acompanhamento a alguns projetos. Essas colaborações, em geral a partir das competências técnicas de cada um/a combinada com uma demanda específica do ELO, aproxima ainda mais os associados da dinâmica de trabalho da organização, ao passo em que também colabora para o aperfeiçoamento de sua ação.

No que diz respeito ao funcionamento interno, há que se destacar que 2007 foi um ano de mudanças, com nova coordenação, novos colaboradores e novos projetos que, por sua vez, implicaram na revisão e readequação das rotinas e processos de trabalho. Afinal, das nove pessoas que trabalharam no escritório, seis passaram a colaborar com a organização em 2007. Além disso, os três técnicos estavam em fase de realização de mestrados. Portanto, 2007 foi também um período de crescimento profissional para a equipe.

Ainda no âmbito interno, em avaliação da equipe, foi ressaltado a boa dinâmica do ELO para o que contribuiu a realização de reuniões mensais envolvendo o conjunto das pessoas que trabalham no escritório, bem como uma maior regularidade das reuniões da equipe de assessoria. A realização de reunião regulares da assessoria, com a presença também da coordenadora nacional de TdH, possibilitou, por sua vez uma melhor socialização do conhecimento, das dinâmicas e desafios do trabalho, a partir da perspectiva de cada um e uma, bem como pelas questões vivenciadas junto e pelos projetos/organizações assessorados e ou acompanhados.

O ano de 2007 foi, enfim, um ano de muito trabalho e de muitos desafios, mas também de colaboração e de comprometimento dos diversos envolvidos com o trabalho realizado, de forma a que se assegurasse a realização do objetivo de contribuir cada vez mais no fortalecimento das organizações e movimentos sociais, reforçando a ação destes em torno da defesa e garantia de efetivação dos direitos de todos e todas a uma vida digna.

V. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA 2008

O ano de 2008 começa com os projetos junto a PPM, EED e TdH aprovados. No caso específico de EED houve basicamente uma duplicação do apoio, além de que o contrato firmado assegura esse apoio por três anos. Mantêm-se a parceria com a APTA na medida em que seu projeto junto a EED, também foi renovado. No entanto, como assinalado anteriormente, houve uma nova redução de carga de trabalho em relação a oferta de serviços à PPM, defasagem essa que não foi completamente compensada pela ampliação da parceria com EED.

Na oferta de serviços com PPM foi:

- 1) reduzido o tempo dedicado as verificações de relatórios de auditoria de 4,5 dias para 2,5 dias;
- 2) suprimido o serviço de análise de relatórios narrativo e financeiro semestral;
- 3) reduzidas viagens de acompanhamento a projeto a uma visita anual.

Como a remuneração do ELO é por produto equivalente a dia de trabalho, houve redução de 2007 para 2008 de 125 dias de serviços contratados com PPM, adicionais aos 70 dias já excluídos no ano de 2007. Em compensação, EED aumentou em 75 dias contratados. Entretanto, a assessoria a EED tem um caráter mais fluido, na medida em que consiste em serviços de assessoria as suas parcerias, atividades não obrigatórios como no caso do contrato com PPM, fazendo com que estes trabalhos ocorram de acordo com a dinâmica de cada parceira, o que desafia o ELO a estar permanentemente buscando meios de assegurar que tais serviços de fato ocorram de forma a não prejudicar a receita da entidade.

Além da redução dos dias contratados, PPM também efetivou uma medida, que vinha anunciando há cerca de dois anos, de redução do valor dos honorários pagos por dia/produto, adequando o valor dos honorários pagos ao ELO ao patamar dos demais escritórios parceiros e as possibilidades reais de remuneração, face à defasagem cambial euro-real. Assim sendo, o valor dos honorários/dia que em 2007 foi de R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais) caiu para R\$ 700,00 (setecentos reais) dia. Os demais contratantes seguem o mesmo padrão de remuneração, portanto, o impacto em relação a redução do valor dos honorários ocorreu em todos os contratos.

Essas medidas combinadas levaram a que o orçamento do ELO sofresse redução de aproximadamente 30%.

Face à essa situação a coordenação executiva, em acordo com a diretoria, realizou no segundo semestre de 2007 um processo de discussão interna sobre as perspectivas de receitas e despesas para 2008, com o objetivo de adequar o orçamento do ELO a esta nova realidade de redução de recursos. Em decorrência, foi pactuada entre os funcionários a supressão de alguns benefícios extras oferecidos pelo ELO (quando das facilidades orçamentárias), bem como a redução de despesas de manutenção institucional, como despesas com o escritório, comunicação etc., considerando que estes são os dois itens de despesas de autonomia do ELO.

Essa não foi uma discussão fácil na medida em que qualquer modificação impacta diretamente na vida das pessoas. Entretanto, se entende que a organização, além de ter ainda o que enxugar, tomou medidas de forma a não comprometer sua sustentabilidade política e financeira.

Outra questão do debate foi a necessidade de que para a manutenção dos atuais padrões de funcionamento, incluindo as remunerações e, se possível a melhoria destes, faze-se necessário um esforço coletivo no sentido de busca e efetivação de novas fontes de financiamento.

Nesse sentido alguns contatos foram iniciados em 2007², mas tiveram que ser interrompidos no início de 2008 devido de um lado as demandas em relação ao encerramento do convênio com o MTE (o que ocupou muito o tempo da equipe), e de outro com a licença médica da secretária administrativa-financeira e, posteriormente, com o desligamento dos quadros funcionais, institucionais do assistente de assessoria, o que novamente impôs a necessidade de envidar esforços para a recomposição da equipe, processo este que durou até início de junho. Com a recomposição da equipe, os dias “livres”, ou seja, não contratados pelas agências, deverão ser utilizados, conforme debate interno, na busca de novas parcerias.

Uma perspectiva nesse sentido têm sido as demandas por avaliações cada vez mais crescentes, devido principalmente a necessidade dos financiadores em aferir resultados e impactos de seu trabalho. Essa demanda, entretanto, tem particularidades, na medida em a preferência recai sobre profissionais com experiência nessa área, e não em organizações. Cabe a ELO, pois, um duplo desafio, o de se organizar para atender tal demanda sem sobrecarregar um ou outro assessor, e ao mesmo tempo preparar o conjunto da equipe para atuar nessa área, de forma a que todos possam vir a ser demandados para essa tarefa.

Outra demanda comum também é a de assessoria aos processos de planejamento institucionais. Para o que as questões são as mesmas assinaladas acima. A concretização de tais possibilidades segue no sentido de um debate recorrente na Assembléia do ELO, que é a necessidade de consolidar uma equipe institucional capaz de atender cada vez mais e melhor as organizações e movimentos sociais em seu desenvolvimento institucional.

Os desafios de consolidar a equipe, entretanto, extrapolam a construção e socialização do saber na assessoria técnica, incorporando e potencializando a equipe administrativa em sua

² O ELO estabeleceu contatos iniciais com ICCO, da Holanda e com Desenvolvimento e Paz do Canadá.

importante função de apoio. Com esse objetivo, em 2008 terá continuidade o trabalho de desenvolvimento de equipe iniciado em 2007. Diante da realidade funcional, os processos seletivos visando a recomposição da equipe já entram nessa dinâmica organizacional.

No âmbito da comunicação tanto interna quanto externa é necessário também empreender esforços no sentido de potencializar a rede de contatos e relações que o ELO já possui, de forma circular informação e com isto, possibilitar um maior diálogo entre agências, ONGs, Movimentos Sociais, organizações nacionais e parceiros de outros países. Nesse sentido, está sendo discutida a reformulação do sítio eletrônico do ELO, de forma a torná-lo dinâmico e interativo, quem sabe suprimindo assim a necessidade do informativo interno que, historicamente, tem sido irregular.

O ELO está vivenciando um rico, e por que não, difícil processo de transição já há alguns anos, normais em organizações novas e, como o ELO, com dependência estrutural de recursos externos, num momento em a própria cooperação passa por um período de transformações. Essa fase está sendo entendida como necessária à consolidação da organização e tem como inspiração os ideais que motivaram sua criação, nos idos de 1996.

Salvador, maio de 2008.

O ELO é uma associação civil fundada em 1996, com sede na Cidade de Salvador-Bahia. Seu corpo de associados é composto por profissionais vinculados a diversos movimentos sociais e universidades, de várias áreas do conhecimento, que se reúnem com a missão de *"fortalecer organizações e processos sociais em torno da afirmação dos direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais por meio da assessoria ao desenvolvimento das organizações"*.

A estratégia central do trabalho é fortalecer as organizações e processos por meio da busca de sustentabilidade dos seus programas e projetos.

Associados

Ailton Florêncio
Claudete Souza Alves (Conselho Fiscal)
Elsa Sousa Kraychete (Coordenadora Geral)
Damien Harzard (Conselho Fiscal)
José Augusto Laranjeira Sampaio (Secretário da Diretoria)
José Roberto Simonetti (Conselho Fiscal)
Juçara Maria Borba Pamponet (licenciada)
Leandro Lamas Valarelli
Luiza Huber
Maria Cecília Simonetti (Tesoureira)
Maria das Graças Rabelo
Maria de Fátima Pereira do Nascimento (Licenciada)
Omar da Rocha Junior
Oswaldo Barreto Filho
Sara Mercês

Equipe técnica - 2007

Maria de Fátima Pereira do Nascimento (coordenadora executiva)
Fábio Sento Sé Oliveira (Assistente de Assessoria)
Franklin Plessmann de Carvalho (Assessor Técnico)
Juçara Maria Borba Pamponet (Secretária Administrativo-financeira)
Cristiane Santiago Santos (serviços gerais)
Lucas Barreto (estagiário)
Tatiane Rebouças (estagiária)
Luis Carlos Lacerda Filho (estagiário)
Kathrin Goretzki (voluntária)
Joelma Araújo da Cunha (assistente administrativo – Biodiesel)
Julia Thais Campos Ribeiro (coordenação pedagógica - Biodiesel)

Elaboração do relatório: Fátima Nascimento, com as colaborações de Franklin P. de Carvalho e Júlia Thais C. Ribeiro

Revisão: José Saccheta